



# Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Até a data de emissão deste relatório não havia ocorrido nenhuma outra mudança na estrutura societária do grupo no Brasil, além da mencionada acima, como resultado do acordo para a fusão dos negócios do Credit Suisse Group A.G. e UBS Group A.G., celebrado em 19 de março de 2023.

Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, UBS BB Banco de Investimento S.A. e UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., além dos fundos de investimento proprietários, tendo como empresa líder o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

**Política de distribuição de dividendos**  
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor total de R\$ 330.000 mil. O referido valor foi provisionado em dezembro de 2024 e pago em 9 de janeiro de 2025. Não foram propostos dividendos sobre os resultados apurados no exercício, tendo em vista que o valor do JCP excedeu o montante do dividendo mínimo obrigatório.

**Índice de Basileia**  
O Conglomerado UBS Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$6.604.535 mil (2023 - R\$5.698.537 mil) e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para a RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 1.429.577 mil (2023 - R\$ 1.623.092 mil), resultando em uma margem de R\$ 5.174.958 mil (2023 - R\$ 4.075.445 mil). O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2024, era de 36,96% (2023 - 28,09%).

(\* Os saldos comparativos de 2023 correspondem ao Conglomerado Credit Suisse Brasil, portanto, tais saldos ainda não refletiam a alteração na composição das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial UBS

Brasil, conforme mencionado no tópico "Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras".

### Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabelece controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibilizará em seu site na internet, até 31 de março de 2025, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.ubs.com/global/pt/legal/country/brasil/plar3.html>

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria teve sua composição alterada durante o 2º semestre de 2024, passando a ser integrado também por membros externos ao Conglomerado, em atendimento aos normativos aplicáveis do Banco Central do Brasil.

O Comitê de Auditoria aprovou, em 25 de março de 2025, as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito em relatório específico e apresentado a seguir.

### A Diretoria:

Aline de Menezes Santos	Bernardo de Azevedo S. Rothe
Betina Machado Ferraz	Camila Angeli Ribeiro
Daniel Bassan	Gabriela Rodrigues
Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça	Marcelo Antonio Chiofalo Luzetti
Marcelo Augusto Ramos	Milena Weiss Aloisi

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Circulante</b> .....		11.739.185	12.927.998
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	5/6	6.419.327	5.804.825
<b>Disponibilidades</b> .....	5	3.960	5.394
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	5/6	6.415.357	5.799.431
Aplicações no mercado aberto.....		6.413.819	5.799.431
Aplicações em moeda estrangeira.....		1.548	-
<b>Instrumentos financeiros</b> .....		4.774.998	6.214.570
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	6	-	302.202
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		-	302.202
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> .....		4.146.151	5.054.689
Carteira própria.....	7a/b	4.063.460	4.962.809
Instrumentos financeiros derivativos.....	7c/d	30.605	43.312
Vinculados à prestação de garantias.....	7a/b	52.086	48.568
<b>Operações de crédito</b> .....	8	628.847	857.679
Operações de crédito - setor privado.....		523.651	756.227
Operações de crédito - setor público.....		105.196	101.452
<b>Provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b> .....		(5.49)	(5.337)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....	8b/c	(5.49)	(5.337)
<b>Outros créditos</b> .....		539.457	907.894
Carteira de câmbio.....	9	92.969	11.257
Rendas a receber.....	21a	19.181	1.545
Negociação e intermediação de valores.....	10	353.723	786.396
Ativo fiscal corrente.....		18.702	56.853
Diversos.....	11	84.806	51.897
Provisão para outros créditos.....		(29.924)	(54)
<b>Outros valores e bens</b> .....		5.952	6.046
Despesas antecipadas.....		5.952	6.046
<b>Não-circulante</b> .....		7.908.755	8.325.447
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		5.409.038	6.426.035
<b>Instrumentos financeiros</b> .....		4.898.298	5.775.688
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> .....		2.951.696	2.759.384
Carteira própria.....	7a/b	2.753.803	2.556.372
Instrumentos financeiros derivativos.....	7c/d	197.893	203.012
<b>Operações de crédito</b> .....	8	1.946.542	3.016.304
Operações de crédito - setor privado.....		857.063	1.902.495
Operações de crédito - setor público.....		1.089.479	1.113.809
<b>Provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b> .....		(5.495)	(23.016)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....	8b/c	(5.495)	(23.016)
<b>Outros créditos</b> .....		516.295	673.363
Ativo fiscal diferido.....	20c	196.664	358.231
Ativo fiscal corrente.....		153.834	89.954
Diversos.....	11	175.797	228.567
Provisão para outros créditos.....		-	(399)
<b>Permanente</b> .....		2.499.717	1.899.412
<b>Investimentos</b> .....		2.477.795	1.870.984
<b>Participações em controladas</b> .....	12	2.476.870	1.870.059
No país.....		813.659	600.567
No exterior.....		1.663.211	1.249.492
<b>Outros investimentos</b> .....		925	925
<b>Imobilizado</b> .....		21.922	28.270
Imobilizado de uso.....		91.404	95.209
Depreciações acumuladas.....		(69.482)	(66.939)
<b>Intangível</b> .....	21b	1.748.392	1.748.588
Ativos intangíveis.....		1.748.392	1.748.430
Amortizações acumuladas.....		-	158
<b>Total do ativo</b> .....		19.647.940	21.253.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		legal	estatutária	especial			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b> .....	3.000.000	300.815	1.537.025	472.051	554.755	559.178	6.423.824
<b>Resultados abrangentes</b>							
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	(107.421)	-	(107.421)
Impostos diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	48.249	-	48.249
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	(8.799)	-	(8.799)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	3.959	-	3.959
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas.....	12	-	-	-	(8.123)	-	(8.123)
Ajuste de avaliação sobre investimentos no exterior.....	12	-	-	-	(94.555)	-	(94.555)
Impostos sobre a variação cambial de investimentos no exterior.....	12	-	-	-	42.550	-	42.550
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		-	-	-	-	116.437	-
Juros sobre o capital próprio.....	18c	-	(370.000)	-	-	-	(370.000)
<b>Destinação do lucro:</b>							
Reserva legal.....		-	5.822	-	-	-	(5.822)
Reserva estatutária.....		-	110.615	-	-	-	(110.615)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b> .....		3.000.000	306.637	1.277.640	472.051	554.755	435.037
<b>Resultados abrangentes</b>							
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	12.832	-	12.832
Impostos diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	(5.413)	-	(5.413)
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	5.021	-	5.021
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	(2.262)	-	(2.262)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas.....	12	-	-	-	5.723	-	5.723
Variação cambial sobre investimentos no exterior.....	12	-	-	-	357.304	-	357.304
Impostos sobre a variação cambial de investimentos no exterior.....	12	-	-	-	(160.788)	-	(160.788)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		-	-	-	-	488.770	-
Juros sobre o capital próprio.....	18c	-	(330.000)	-	-	-	(330.000)
<b>Destinação do lucro:</b>							
Reserva legal.....		-	24.439	-	-	-	(24.439)
Reserva estatutária.....		-	464.331	-	-	-	(464.331)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b> .....		3.000.000	331.076	1.411.971	472.051	554.755	647.456
<b>Saldos em 1º de Julho de 2024</b> .....		3.000.000	306.637	1.277.640	472.051	554.755	598.817
<b>Resultados abrangentes</b>							
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	(97.101)	-	(97.101)
Impostos diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda.....	7b	-	-	-	43.966	-	43.966
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	5.021	-	5.021
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	15	-	-	-	(2.262)	-	(2.262)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas.....	12	-	-	-	5.723	-	5.723
Variação cambial sobre investimentos no exterior.....	12	-	-	-	169.619	-	169.619
Impostos sobre a variação cambial de investimentos no exterior.....	12	-	-	-	(76.329)	-	(76.329)
<b>Lucro líquido do semestre</b> .....		-	-	-	-	292.001	-
Juros sobre o capital próprio.....	18c	-	(330.000)	-	-	-	(330.000)
<b>Destinação do lucro:</b>							
Reserva legal.....	18b	-	24.439	-	-	-	(24.439)
Reserva estatutária.....	18b	-	464.331	-	-	-	(464.331)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b> .....		3.000.000	331.076	1.411.971	472.051	554.755	647.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** O Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco"), constituído sob a forma de sociedade anônima, domiciliado à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10º-14ª andares, Itaim Bibi, São Paulo - SP, é o controlador de parte das empresas integrantes do Conglomerado UBS Brasil (conforme apresentação de informações sobre o grupo de empresas integrantes do Banco Central do Brasil (Bacen), com carteira de investimento, câmbio, crédito e operações compromissadas. Após as discussões iniciais conjuntamente pelo Departamento Federal Suíço de Finanças, Autoridade de Supervisão do Mercado Financeiro Suíço e o Banco Nacional Suíço, o UBS Group AG e o Credit Suisse Group AG celebraram um acordo de fusão em 19 de março de 2023 que previa a aquisição do Credit Suisse Group AG pelo UBS Group AG. Em 12 de junho de 2023 o UBS Group AG completou a aquisição do Credit Suisse Group AG e as subsidiárias do Credit Suisse Group AG se tornaram subsidiárias do UBS Group AG. Em 7 de julho de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controladores do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil, composto por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e de suas controladas Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., para o controlador final UBS Group AG, com sede em Zurich, Suíça. Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger - PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, UBS BB Banco de Investimento S.A. e UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., além dos fundos de investimento proprietários, tendo como empresa líder o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021, aprovada o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. • Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020: estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes do Banco, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos durante o exercício que podem impactar as demonstrações financeiras do Banco para os próximos períodos, elencadas a seguir: • Instrução Normativa BCB nº 464 de 2024: esclarece os critérios a serem observados na estimativa dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que trata a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro

de 2023. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025; • Resolução CMN nº 5.146 de 2024: altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de agosto de 2024, porém produz efeitos a partir de janeiro de 2025; • Resolução BCB nº 390 de 2024: altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre o tratamento do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025. • Instrução Normativa BCB nº 560 de 2024: esclarece os critérios a serem observados na aplicação do que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025; • Resolução BCB nº 397 de 2024: altera a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de agosto de 2024, porém produz efeitos a partir de janeiro de 2025. Estão apresentados na nota 22 os efeitos decorrentes da adoção da resolução nº 4.966 e normas complementares. As demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 17 de março de 2025.

**3. Descrição das principais políticas contábeis**  
**a.** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **b.** Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por taxa dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para venda, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001. **c.** Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. **d.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: **•** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; **•** Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **•** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos pelo Banco com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em "base pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. **e.** As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: **•** Os ajustes diá-

rios no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos; **•** Os prêmios pagos ou recebidos nas operações de opções são registrados, até a liquidação das mesmas, em contas patrimoniais a valor de custo, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; **•** As operações no mercado a termo são registradas em contas patrimoniais pelo valor final contratado devidamente ajustado a mercado. A diferença entre o valor final contratado e o preço à vista do ativo financeiro é reconhecido nas receitas e despesas em função do prazo de fluência dos contratos; **•** Os ativos e passivos decorrentes de operações de swaps são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; **•** A provisão de spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Resolução BCB nº 229 e Circular Bacen nº 3.849/17. **f.** Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: **•** Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; **•** Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; **•** Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários; e **•** Outros modelos de precificação. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota 7. **g.** Caixa e ativos financeiros - conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.53



# Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 20(c). n. Negociação e intermediação de valores são demonstrados pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação. o. Planos de remuneração de longo prazo – os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do semestre, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência no Banco, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de liquidação também são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, sendo exclusivamente em ações ou indexados ao preço das mesmas, conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido com despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. p. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização e sobre as quais não cabam mais recursos; • Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais – quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras independentemente da avaliação acerca da probabilidade de fato. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. Os valores das provisões estão divulgados na nota 16. q. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao apuração dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) para as empresas integrantes do Conglomerado UBS Brasil. r. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.877/20, foi reconhecido contabilmente o passivo atuarial relativo a benefícios pós-emprego (assistência médica), com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para o passivo atuarial está divulgado na nota 15. s. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que não há instrumentos de patrimônio ou qualquer outro instrumento associado que possam produzir potencial diluição. t. A moeda funcional do Banco e de suas controladas no Brasil é o Real e a do Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., sediada no exterior, é o Dólar Norte Americano. Para a controlada no exterior, os ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no fim do período, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos de resultado pelas taxas de câmbio em vigor na data de ocorrência das transações. Desta forma, a parcela relativa aos ajustes de variação cambial, decorrentes do processo de conversão das informações financeiras da controlada no exterior, foram registrados no patrimônio líquido e apresentados nas demonstrações das mudanças do patrimônio líquido e de resultado abrangente. u. Resultados recorrentes e não-recorrentes: em atendimento à Resolução ECB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, confirmamos que não houve resultado não-recorrente nos exercícios de 2024 e 2023, ou seja, não houve nenhum resultado material que não estivesse relacionado ou estivesse relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, tampouco previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. v. Com relação ao disposto na Resolução CMN 4.924/21, o Banco decidiu manter a utilização da taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX), para o exercício de 2024, para suas operações indexadas a esta moeda.

**4. Gerenciamento de riscos:** A estrutura de gestão de riscos do Banco é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado UBS Brasil ("Conglomerado") definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incertezas, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus próprios riscos que são: a. **Risco de mercado** – é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexados. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de *hedge* e investimento dos seus clientes no mercado e atua como *market maker* em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o *Value at Risk* (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em exemplo ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidades de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequacionamento das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, *back testing* de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores de sensibilidade apresentados nesta nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação histórica, e a aderência do modelo é testada por meio de verificações posteriores (*back testing*) que consistem em calcular a porcentagem de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de dezembro de 2024, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R\$ 5.899 (Dez/2023 – R\$ 9.303). A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros. É utilizada para verificar as perdas potenciais com baixa probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. i. Risco de Juros: o risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. Os riscos de juros são geridos pelo Conglomerado de forma consolidada por meio de técnicas de monitoramento de exposição e do uso dos vários derivativos de juros disponíveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade à taxa de juros nominal em reais do Conglomerado era perda de R\$ 17 (Dez/2023 – ganho de R\$ 61) para cada ponto-base de alta, e a sensibilidade à taxa de juros local em US\$ era perda de R\$ 174 (Dez/2023 – perda de R\$ 202) para cada ponto-base de baixa. ii. Risco de câmbio: O risco de câmbio do Conglomerado pode ser dividido em três parcelas, segue a primeira é a exposição advinda da posição dos produtos relacionados com operações cambiais, bem como seus derivativos; a segunda parcela é uma posição vendida em dólares americanos devido à provisão para pagamentos a funcionários relativas a planos de compensação diferida; e a terceira e última é uma posição vendida em francos suíços que representa o valor provisionado para pagamento aos funcionários relativo a planos de compensação diferida listados em ações do Banco. Em 31 de dezembro de 2024, o Conglomerado tinha uma exposição líquida de aproximadamente US\$ 5.890 (comprado em US\$ e vendido em R\$) em sua posição proprietária, US\$ 3.225 relativo à provisões de pagamento e CHF 5.724 relativo a ações mencionadas anteriormente (Dez/2023 – US\$ 19.835 comprado em US\$ e vendido em R\$, US\$ 5.187 e CHF 5.387 respectivamente). A sensibilidade de risco de câmbio para cada ponto-base percentual representaria um impacto de US\$ 8, sem incluir os passivos mencionados anteriormente. (Dez/2023 – US\$ 4) no resultado antes dos impostos. De modo geral, o Conglomerado controla sua exposição ao risco de mercado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites, estratégias consolidadas de risco de câmbio/índices e procedimentos de monitoramento de risco de câmbio e índices, com base de VaR e *Stress-testing*. iii. Risco de ações: O risco de ações é gerido de forma consolidada. Em 31 de dezembro de 2024, após levar em consideração as posições por papel e os instrumentos financeiros decorrentes, o Conglomerado apresentava uma exposição em ações de aproximadamente R\$ 40.080 (Dez/2023 – R\$ 109.820 compradas) em uma posição consolidada. Portanto, a sensibilidade de risco de ações para cada ponto-base percentual nos preços das ações representa um impacto de R\$ 4 (Dez/2023 – R\$ 11) em Dezembro de 2024 no resultado antes dos impostos. b. **Risco de crédito** – o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratos é minimizado através de diversificação das contrapartes, acompanhamento e determinação de limites de crédito com base na situação financeira e solicitação de garantias. O Conglomerado possui políticas, metodologias e procedimentos para monitorar o risco de crédito das suas carteiras de empréstimos, derivativos *Over the Counter* (OTC), fianças e debêntures. O gerenciamento é feito por área independente das áreas de negócios. A área de "Credit Risk Control" (CRC) realiza apuração mensal da exposição de crédito, bem como realiza teste de estresse mensal acerca das respectivas provisões de devedores duvidosos. Apurou-se, assim, para a carteira de crédito referente a data-base de 31 de dezembro de 2024, uma exposição total de R\$ 9.119 milhões, sendo este valor 22% menor em comparação ao ano anterior (data base de 31 de dezembro de 2023). A PDD apurada foi de R\$ 12,1 milhões, diminuindo de 93% contra o ano anterior, devido, principalmente, a liquidação de exposições com contrapartes com rating G. Por fim, a PDD estressada totalizou R\$ 59,7 milhões, um aumento de 392% em comparação a PDD não estressada, resultado das seguintes migrações de exposição no exercício de estresse: R\$ 6.303 milhões de AA para A e R\$ 2.815 milhões de rating A para B. c. **Risco de liquidez** – o risco de descasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de prioridade para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até um determinado horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, concentração das captações, etc. Cabe ressaltar que o Conglomerado possui linhas de crédito para liquidez junto ao UBS Group no valor de US\$ 1.000 milhões, com vencimento em agosto de 2025, R\$ 330 milhões com Itaú (vencimento em fevereiro de 2025), R\$ 320 milhões com Banco do Brasil (vencimento em janeiro de 2025) e R\$ 50 milhões com Bradesco (vencimento em março de 2025), não utilizadas em 31 de dezembro de 2024. d. **Risco operacional** – a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação interna da cultura de monitoramento desse risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais de cada linha de negócio, bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simulam situações onde os colaboradores não podem acessar o local de trabalho. e. **Gestão de capital** – o processo de gerenciamento de capital da Administração considera o ambiente econômico em que o Conglomerado opera, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do grupo. O objetivo desse processo é assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias adotadas e seus riscos subjacentes. Esse gerenciamento é contínuo e visa manter uma base de capital sólida, capaz de sustentar o desenvolvimento das atividades e absorver riscos, tanto em cenários normais quanto adversos, além de garantir a conformidade com os requerimentos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil na Resolução CMN nº 4.557/17. Os indicadores de gerenciamento de capital são monitorados mensalmente pelo comitê responsável por risco de mercado, liquidez e capital, e bimestralmente pelo comitê de ativos e passivos. Durante o desenvolvimento do plano de capital, conduzido anualmente, são avaliados os possíveis impactos das mudanças nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções financeiras e as decisões estratégicas do Conglomerado, incluindo a revisão dessas projeções e inclusão de cenários de estresse, para garantir sua adequação às condições de mercado e aos objetivos estratégicos. Os índices de capital aos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.958/21, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Patrimônio de Referência Nível I	6.604.535	5.698.537
Capital Principal	6.604.535	5.698.537
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>6.604.535</b>	<b>5.698.537</b>
RWA de Crédito	6.011.969	8.117.331
RWA de Mercado	6.622.621	8.184.520
RWA Operacional	5.235.127	3.986.670
<b>Total do RWA</b>	<b>17.869.717</b>	<b>20.288.521</b>
Adicionais de Capital Aplicáveis	2.500	2.500
Conservação	2.500	2.500
<b>Índice de Basileia - Capital Nível I</b>	<b>36,96%</b>	<b>28,09%</b>
Mínimo Requerido	8,50%	8,50%
<b>Índice de Basileia - Capital Principal</b>	<b>36,96%</b>	<b>28,09%</b>
Mínimo Requerido	7,00%	7,00%
<b>Índice de Basileia - Patrimônio de referência</b>	<b>36,96%</b>	<b>28,09%</b>
Mínimo Requerido	10,50%	10,50%

1 O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWAC) e RWAM.

2 Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nível I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.

3 Os dados comparativos de 2023 correspondem ao Conglomerado Credit Suisse Brasil, portanto, tais dados ainda não refletem a alteração na composição das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial UBS Brasil, conforme mencionado no tópico "Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras".

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Disponibilidades	3.960	5.394
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.415.367	5.799.431
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.419.327</b>	<b>5.804.825</b>

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão representadas por vendas a liquidar e depósitos interfinanceiros registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Posição bancada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.594.418	509.902
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	645.550	423.554
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	417.700	1.899.497
<b>Total</b>	<b>2.657.668</b>	<b>2.832.953</b>

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Posição financiada</b>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	125.755	686.703
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.193.479	293.192
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	216.972
<b>Total</b>	<b>1.319.234</b>	<b>1.196.867</b>

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Posição vendida</b>		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	776.320	807.193
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.306.846	213.878
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	353.751	748.710
<b>Total</b>	<b>2.436.917</b>	<b>1.769.781</b>

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Total de aplicações no mercado aberto</b>	<b>6.413.819</b>	<b>5.799.431</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	302.202
Aplicações em moeda estrangeira	1.548	-
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>6.415.367</b>	<b>6.101.633</b>

**7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

a. **Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

	Dezembro/2024		Dezembro/2023	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
<b>Carteira própria</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	67.289	67.272	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	98.496	98.540	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A)	-	46.864	46.004	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	15.202	15.443	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	16.480	16.693	-
Debêntures	412.729	438.662	502.570	518.431
Cotas de fundo imobiliário	71.640	40.102	71.640	40.088
Cotas de fundo multimercado	4.023.545	4.023.358	4.657.001	4.657.001
Notas Comerciais	2.416.147	2.315.141	2.163.474	2.059.709
<b>Total</b>	<b>6.924.061</b>	<b>6.817.263</b>	<b>7.639.016</b>	<b>7.519.181</b>

**Vinculados à prestação de garantias**

	Dezembro/2024		Dezembro/2023	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	26	26	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	1.597	1.644	-
Cotas de fundo multimercado	52.086	52.086	46.898	46.898
<b>Total</b>	<b>52.086</b>	<b>52.086</b>	<b>48.521</b>	<b>48.568</b>

**Total de títulos e valores mobiliários** 6.976.147 6.869.349 7.687.537 7.567.749

As cotas dos fundos de investimento multimercado da carteira própria estão representadas por aplicações do Banco em fundos exclusivos do Conglomerado UBS Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição da carteira do fundo multimercado mais relevante nesta linha (que compõe 90% do saldo), está representada por 38% em títulos públicos federais (2023 - 21%), com vencimentos entre 2026 e 2027, 10% em ações de companhias abertas (2023 - 23%), 20% em cotas de fundos de investimentos (2023 - 22%) e 32% em instrumentos financeiros derivativos (2023 - 32%) com vencimentos até 2039.

Segue abaixo quadro com a composição da carteira do Banco por tipo e classificação:

	Dezembro/2024		Dezembro/2023	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
Títulos públicos federais	-	-	245.954	245.622
Cotas de fundos de investimento	4.147.271	4.115.546	4.775.539	4.743.987
<b>Total</b>	<b>4.147.271</b>	<b>4.115.546</b>	<b>5.021.493</b>	<b>4.989.609</b>

**Dispositivos para venda**

	Dezembro/2024		Dezembro/2023	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos privados - renda fixa	2.828.876	2.753.803	2.666.044	2.578.140
<b>Total</b>	<b>2.828.876</b>	<b>2.753.803</b>	<b>2.666.044</b>	<b>2.578.140</b>

**Total de títulos e valores mobiliários** 6.976.147 6.869.349 7.687.537 7.567.749

Os títulos vinculados à prestação de garantias estão relacionados às operações realizadas pelo Banco na B3 S.A.

Os títulos públicos estão custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimentos nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A.

**b. Diversificação de títulos e valores mobiliários por classificação e prazos**

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	
					Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Títulos para negociação</b>						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	67.272	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	98.540	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A)	-	-	-	-	46.004	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	15.469	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	-	18.337	-
Cotas de fundo imobiliário	40.102	-	-	-	40.088	-
Cotas de fundo multimercado	4.075.444	-	-	-	4.075.444	4.703.899
<b>Total</b>	<b>4.115.546</b>	-	-	-	<b>4.115.546</b>	<b>4.989.609</b>

**Disponíveis para venda**

	Dezembro/2024		Dezembro/2023	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Debêntures	-	438.662	438.662	518.431
Notas Comerciais	-	2.315.141	2.315.141	2.059.709
<b>Total</b>	-	<b>2.753.803</b>	<b>2.753.803</b>	<b>2.578.140</b>

**Total de títulos e valores mobiliários** 4.115.546 - 2.753.803 6.869.349 7.567.749

**b. Composição da carteira por faixa de vencimento e por ramo de atividade**

Vencimentos	Setor privado					Setor público		Total	
	Habituação	Serviços	Pessoas Físicas	Rural	Comércio	Governo	Dezembro/2024	Dezembro/23	
<b>A vencer</b>									
Até 3 meses	-	6.064	65.309	20	500	-	71.893	146.098	
De 3 a 12 meses	-	100.683	346.015	3.500	1.560	105.196	556.964	711.581	
De 1 a 3 anos	7.586	572.112	275.892	-	1.473	155.661	1.021.724	1.939.774	
De 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	155.661	155.661	259.775	
De 5 a 15 anos	-	-	-	-	-	778.157	778.157	742.634	
Acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-	-	74.121	
<b>Total</b>	<b>7.586</b>	<b>678.859</b>	<b>687.216</b>	<b>3.520</b>	<b>3.533</b>	<b>1.194.675</b>	<b>2.575.389</b>		



# Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

### iii. Reconciliação do passivo atuarial

	Dezembro/ 2024	Dezembro/ 2023
<b>a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais</b>		
1. Valor das obrigações no início do exercício	16.939	7.342
2. Custo do serviço líquido (com juros, líquido da contribuição do participante)	427	246
3. Juros sobre obrigação atuarial	172	762
4. Benefícios pagos pelo plano	(377)	(210)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	88	7.014
6. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(5.229)	1.440
7. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas demográficas	120	-
8. Entradas (saídas) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	345
9. Valor das obrigações calculadas no final do exercício	<b>13.680</b>	<b>16.939</b>
<b>b. Reconciliação do balanço</b>		
1. Passivo no balanço no início do exercício	16.939	7.342
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	2.139	1.008
3. Montantes reconhecidos no OCI no exercício corrente	(5.021)	8.454
4. Contribuições de patrocinadoras verificadas no ano	(377)	(210)
5. Entradas (saídas) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	345
6. Passivo no balanço no final do exercício	<b>13.680</b>	<b>16.939</b>
<b>c. Componentes da despesa do plano</b>		
1. Custo do serviço corrente	427	246
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	1.712	762
Total da despesa a ser reconhecida	<b>2.139</b>	<b>1.008</b>
<b>d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço</b>		
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	13.680	16.939
Passivo líquido	<b>13.680</b>	<b>16.939</b>
<b>e. Componentes da despesa do plano projetada</b>		
1. Custo do serviço corrente	342	427
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	1.644	1.712
Total da despesa a ser reconhecida	<b>1.986</b>	<b>2.139</b>
<b>f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)</b>		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	88	7.014
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações das premissas financeiras	(5.229)	1.440
3. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas demográficas	120	-
Custo total reconhecido no OCI	<b>(5.021)</b>	<b>8.454</b>
<b>g. Duration da obrigação atuarial</b>		
1. Fluxo de benefícios futuros	15,0	18,2
Exercício atual +1	458	313
Exercício atual +2	533	473
Exercício atual +3	572	543
Exercício atual +4	638	587
Exercício atual +5	690	659
Exercício atual +6 até exercício atual +10	5.195	4.668
J. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	5.681	7.068
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	7.999	9.871
Total da obrigação atuarial	<b>13.680</b>	<b>16.939</b>

A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/ 2024	Dezembro/ 2023
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(967)	(1.365)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	1.083	1.570
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	33	46
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(53)	(64)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	57	68
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	1.127	1.602
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(1.012)	(1.422)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	36	49
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(32)	(43)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	145	160
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(117)	(153)

**16. Provisões:** O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e civil. Em 31 de dezembro de 2024, as provisões no montante de R\$ 52.628 (2023 - R\$ 43.106), estão representadas, principalmente, por honorários advocatícios fiscais, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da probabilidade de perda, outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09, e, por garantias prestadas, com base na Resolução CMN nº 4.512/16, conforme apresentado na nota 21g. Segue abaixo, a movimentação das provisões contingentes no exercício:

	Dezembro/ 2023	Constituições/ Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/ 2024
Fiscais	37.759	2.069	(2.481)	(3.291)	34.056
Trabalhistas (a)	2.713	1.262	(3)	(1.839)	2.133
Cíveis	2.290	17.110	(2.172)	(918)	16.310
Garantias prestadas	344	1.452	-	(1.667)	129
<b>Total</b>	<b>43.106</b>	<b>21.893</b>	<b>(4.656)</b>	<b>(7.715)</b>	<b>52.628</b>
	Dezembro/ 2022	Constituições/ Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/ 2023
Fiscais	35.947	1.975	(120)	(43)	37.759
Trabalhistas (a)	2.687	75	(166)	(563)	2.713
Cíveis	2.281	9	-	2.290	2.290
Garantias prestadas	1.019	555	-	(1.230)	344
<b>Total</b>	<b>41.934</b>	<b>3.294</b>	<b>(286)</b>	<b>(1.836)</b>	<b>43.106</b>

(a) Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

As principais contingências provisionadas são: Mandado de Segurança (MS) impetrado para assegurar o direito de utilização da totalidade de seus proventos fiscais, sem a limitação quantitativa prevista pela Lei nº 8.991/95. O valor da causa atualizada é R\$ 5.519 (2023 - R\$ 5.197), estando depositado em juízo o montante de R\$ 6.407 (2023 - R\$ 6.050); • O Banco discute na esfera judicial autuação ocorrida em setembro de 2010 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do PIS e da COFINS, uma vez que se referiam a resultado na venda de ativo permanente. O Banco possui seguro - garantia da totalidade do débito. O valor atualizado da causa é de R\$ 21.986 (2023 - R\$ 21.058); • O Banco discute na esfera judicial o IRPJ e CSLL de contribuintes da causa de despesa de juros e variação cambial ocorrida no ano de 2008, oriundas de título de dívidas emitidas no exterior pela Latam (Brasil) Representações Ltda entre agosto de 1997 e março de 1998. O Banco possui seguro - garantia para a totalidade do débito. O valor da causa é de R\$ 640.876 (2023 - R\$ 611.598); • PIS e COFINS, acrescidos de juros de mora e multa de ofício de 75% sobre os ganhos supostamente auferidos nas operações de alienação das ações da CETIP S.A., que estavam contabilizadas em seu ativo permanente e haviam sido recebidas em decorrência do processo de desmuntagem da CETIP ASSOCIAÇÃO. O valor da causa é de R\$ 860 (2023 - R\$ 821); • MS impetrado para questionar a constitucionalidade e legalidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de aplicação de recursos próprios e sobre quaisquer outras receitas que não sejam decorrentes de venda de mercadorias e prestação de serviços auferidas, referentes ao fatos geradores de setembro/99 a dezembro/14 e (b) o direito de utilizar o crédito, para quitar, por compensação, quaisquer tributos e contribuições administrados. O valor atualizado da causa é de R\$ 808.433 (2023 - R\$ 775.637); • Questionamento de Pessoa Física relativa a indenização por danos sofridos em consequência da não conclusão de um negócio supostamente firmado com o Credit Suisse. Em primeira instância, o processo foi julgado improcedente sem apreciação do mérito. O autor interps recurso de apelação ao qual foi dado provimento. O Credit Suisse interps recurso especial para anular o acórdão que deu provimento à apelação e obteve êxito, de modo que foi determinado um novo julgamento. Aguarda-se julgamento. O valor atualizado da causa é de R\$ 79.582 (2023 - R\$ 75.959); • O Banco ajuizou ação para questionar a legalidade e a constitucionalidade das multas impostas pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e mandadas pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, em razão de suposta classificação incorreta de informações prestadas ao banco por clientes em determinados contratos de câmbio, firmados à título de Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). O valor da causa é de R\$ 28.462 (2023 - R\$ 27.218), estando a integralidade da discussão depositada em juízo. O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificando o risco de perda para 2024, conforme demonstrado no item 16g. Totalizaram R\$ 39.665 (2023 - R\$ 80.219). Na avaliação da administração, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisões e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

**17. Dívidas subordinadas:** O Banco emitiu dívida subordinada conforme demonstrado abaixo:

	Valores em R\$				
<b>Data da captação</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Taxa</b>	<b>Valores captados em US\$</b>	<b>Dezembro/2024</b>	<b>Dezembro/2023</b>
26/11/1999	26/11/2027	SOFR + 4,17 % a.a.	50.000	312.173	244.273
<b>Total</b>			<b>50.000</b>	<b>312.173</b>	<b>244.273</b>

**18. Patrimônio líquido:** **a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social está representado por 554.854.377 ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 277.427.189 ações ordinárias e 277.427.189 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva de lucros a realizar está representada por lucros auferidos pela subsidiária do Banco no exterior, Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., ainda não distribuídos. A realização desta reserva será feita à medida em que ocorra a distribuição de lucros que tenham sido base para sua constituição e o pagamento de dividendos pelo Banco para sua controladora na Suíça. A reserva de lucros especial do Banco tem a finalidade de registrar os lucros que excederem a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e que não possam ser destinados para outra reserva de lucros, em razão dos limites estabelecidos no Estatuto, podendo esta ser utilizada para a absorção de prejuízos, aumento de capital e distribuição de dividendos. **c. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a Ata da Diretoria de 29 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 370.000 referentes ao exercício social de 2023 e com base nas reservas de lucros acumuladas. Os juros sobre o capital próprio (JCP) distribuídos aos acionistas foi superior ao cálculo do dividendo mínimo obrigatório; desta forma, não foram propostos dividendos sobre os resultados do exercício. O valor do JCP, líquido do imposto de renda retido na fonte, correspondia a R\$ 314.500, e foi pago em 9 de janeiro de 2024. De acordo com a Ata da Diretoria de 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 330.000 referentes ao exercício social de 2024 e com base nas reservas de lucros acumuladas. Os juros sobre o capital próprio (JCP) distribuídos aos acionistas foi superior ao cálculo do dividendo mínimo obrigatório; desta forma, não foram propostos dividendos sobre os resultados do exercício. O valor do JCP, líquido do imposto de renda retido na fonte, correspondia a R\$ 280.500, e foi pago em 9 de janeiro de 2025.

**19. Transações relevantes com partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	Controlada	128	162
Disponibilidades	Relacionada	2.392	4.682
Aplicações no mercado aberto	Controladas	-	840.076
Aplicações em depósitos interfinanceiros	Controlada	-	302.202
Títulos e valores mobiliários	Controladas	4.023.358	4.657.001
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	228.498	246.324
Operações de Crédito	Controlada	26.424	-
<b>Outros créditos:</b>			
Rendas a receber - dividendos	Controladas	-	594
Rendas a receber - custódia no exterior	Relacionada	254	166
Rendas a receber - outros valores a receber	Controladas	12	16
Negociação e intermediação de valores	Controladas	98.419	312.512
Diversos - aluguel	Controladas	2.163	2.181
<b>Passivo</b>			
Depósitos a prazo	Controlada	2.755	58.692
Depósitos a prazo	Relacionadas	1.501	77.988
Captações no mercado aberto	Controladas	1.314.228	1.173.709
Obrigações por empréstimos	Relacionadas	167.659	1.706.028
Obrigações por empréstimos	Controlada	1.241.617	971.246
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	-	67.400
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias - JCP	Controladora	280.500	370.000
Negociação e intermediação de valores	Controladas	224.588	91.902
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	-	22.086
Dívida subordinada	Relacionada	312.173	244.273
Diversas - aluguel	Controlada	11	10

**20. Imposto de renda e contribuição social**

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2024	Dezembro/2023
<b>Resultado</b>			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controladas	487.455	1.749.327
Resultado de operações de captação no mercado	Controladas	(138.278)	(255.123)
Resultado de operações de captação no mercado	Relacionadas	(95.628)	(13.235)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	Controlada	286.587	(976.927)
Operações de Crédito	Controlada	1.196	-
Operações de empréstimos e repasses	Relacionadas	(543.347)	82.116
Operações de empréstimos e repasses	Controlada	(61.608)	(57.521)
Receta de prestação de serviços	Controladas	626	4.763
Receta de prestação de serviços	Relacionadas	751	668
Outras despesas operacionais - corretagem	Controladas	70	(41)
Outras despesas operacionais - corretagem	Controladas	(56)	-

**b. Remuneração do pessoal chave da administração:** Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi registrada uma despesa no valor de R\$ 36.715 (2023 - R\$ 7.418), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo. As empresas integrantes do Conglomerado UBS Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do UBS Group. Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita através de pagamentos via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, o Banco mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações, liquidados conforme mencionado acima, o Banco mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e a de liquidação e é reconhecido mensalmente. Conforme anúncio feito globalmente em relação a compra do Credit Suisse A.G. pelo UBS A.G. em 12 de junho de 2023, as ações do Credit Suisse A.G. deixaram de existir. As ações do Credit Suisse A.G. foram convertidas na proporção de 1 ação UBS A.G. = 22,48 ações Credit Suisse A.G. O saldo em 31 de dezembro de 2024 dos planos de remuneração baseados em ações, considerando o seu ajuste a mercado, é de R\$ 95 (2023 - R\$ 199). A provisão total para funcionários e administradores referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos no valor de R\$ 22.482 (2023 - R\$ 27.172), encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações".

**20. Imposto de renda e contribuição social**

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	507.957	201.134
Participações nos lucros e resultados	(6.252)	(6.303)
Base de cálculo	501.705	194.831
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 20%	(225.767)	(87.674)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas	92.518	(143.968)
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(9.025)	(2.557)
Lucro no exterior líquido de IRRF	(20.417)	(11.460)
Incentivos fiscais	2.716	1.578
Ajuste do estoque de ativo fiscal diferido	(3.188)	(87)
(Baixa) reversão de crédito tributário - realização acima 10 anos	1.728	7.656
Juros sobre Capital Próprio - TULP	148.500	166.500
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores (1)	-	(8.382)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(12.935)	(78.394)
Total de imposto de renda e contribuição social devidos	32.404	(95.635)
Total de imposto de renda e contribuição social do semestre	(12.935)	(78.394)

**c. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2024, os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade do Banco e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários referem-se a diferenças temporárias, constituídos sobre provisões dos planos de gratificações e provisões indedutíveis, e, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas, foram constituídos considerando a alíquota total de 45% (25% IRPJ e 20% CSLL), nos termos da legislação vigente.

	Dezembro/2023	Reversão/2024	Dezembro/2024
Prejuízo Fiscal	129.684	-	(67.250)
Base Negativa de CSLL	212.952	-	(88.722)
Diferenças Temporárias	15.595	130.106	(145.701)
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>358.231</b>	<b>130.106</b>	<b>(301.673)</b>

	Dezembro/2022	Constituição/2023	Reversão/2024	Dezembro/2023
Prejuízo Fiscal	73.994	72.046	(16.356)	129.684
Base Negativa de CSLL	134.473	92.396	(13.917)	212.952
Diferenças Temporárias	-	107.775	(92.180)	15.595
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>208.467</b>	<b>272.217</b>	<b>(122.453)</b>	<b>358.231</b>

(1) Inclui realizações sobre diferenças temporárias (atuariais) no montante de R\$ 2.259 (2023 - 3.960), que transferiram via "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

**d. Expectativa de realização do crédito tributário**

	Dezembro/2024	Valor presente (1)
1º ano	38.429	34.134
2º ano	17.498	15.703
5º ano	-	20.642
6º ano	-	23.270
7º ano	-	25.275
9º ano	553	443
10º ano	5.984	4.763
<b>Total</b>	<b>62.434</b>	<b>124.230</b>

	Dezembro/2023	Valor presente (1)
1º ano	33.490	28.037
2º ano	6.667	5.792
5º ano	18.788	15.030
6º ano	21.544	23.095
7º ano	52	26.813
8º ano	786	30.621
9º ano	-	30.425
10º ano	57.793	59.298
<b>Total</b>	<b>139.120</b>	<b>219.111</b>

(1) A taxa de desconto utilizada é a Selic.

**21. Outras informações:** a. Outros créditos - rendas a receber estão representadas por serviços prestados a receber no valor de R\$ 19.181 (2023 - R\$ 951). Em 31 de dezembro de 2023, referem-se a dividendos a receber de controladas no valor de R\$ 594.

...continuação



# Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

**Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

**Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos não cotados:** A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados investidos diretamente ou indiretamente, por meio de cotas de fundos multimercados próprios, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria em função da complexidade envolvida no processo de precificação, substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas do Banco. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de títulos e valores mobiliários derivativos não cotados é parte componente da carteira do saldo de R\$ 4.075.444 mil de investimentos em cotas de fundos de investimento, além de compor os saldos de instrumentos financeiros derivativos de R\$ 228.498 mil no ativo e R\$ 102.798 no passivo, conforme as divulgações do Banco estão incluídas na nota explicativa 7.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento

do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados. Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de valorização e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas por meio da comparação com modelos e fontes de mercado independentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de março de 2024, sem modificação.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e, dessa maneira, constituem constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2025.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/0

Emerson Morelli  
Contador  
CRC SP-294901/0

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 27/03/2025

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/27/Credit1581571827032025.pdf>

Hash: 1743019684a98c4923f8e64215815931bdee0ad0ca